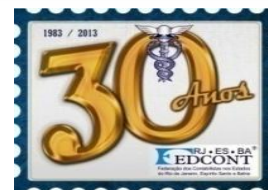




BOLETIM ANO IV – Nº 182

Rio de Janeiro, 03 de Setembro de 2014



Comissão quer posição do STF sobre fim dos Técnicos em Contabilidade



O presidente da Comissão de Trabalho, Legislação e Seguridade Social da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), deputado Paulo Ramos (PSol), afirmou durante audiência pública realizada nesta terça-feira (02/09) que irá discutir com o secretário de Estado de Educação, Wilson Risolia, e a ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber medidas para impedir o fim da profissão de técnico em Contabilidade. A mudança é decorrente da Lei federal 12.249/10, que passou a exigir formação de nível superior para a função.

A norma, que inicialmente tratava somente de incentivos para infraestrutura na indústria petrolífera, define que, a partir de 2015, os registros serão concedidos apenas para os bacharéis em Ciências Contábeis. “Essa situação é muito conflitante, pois não houve um debate aprofundado antes dessa decisão. Aqui no Rio, a Secretaria de Educação já está fechando os cursos técnicos, sem que o STF tenha se manifestado sobre a inconstitucionalidade da medida. Eles estão acabando com essas escolas sem nenhuma preocupação”, disse o deputado, que também irá propor à Comissão de Educação da Alerj que também realize audiência, para que a pasta suspenda a medida de fechamento dos cursos.

Para o presidente da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, Luiz Sérgio da Rosa, a medida não visa a melhoria na qualidade do ensino, mas sim interesses econômicos. “Nossa educação técnica não é das piores. Pode não ser a melhor possível, mas se houvesse o real interesse de melhorar, além de propor a extinção, o Conselho Federal de Contabilidade teria promovido outro tipo de discussão. Querem destruir para depois

reconstruir, a partir dos cursos superiores. O que houve foi o atendimento dos interesses dessas entidades privadas”, criticou.

Luiz afirmou, ainda, que a extinção da função será responsável pelo fim de 200 mil postos de trabalho nos próximos 10 anos, criando um déficit ainda maior no mercado de trabalho. “Há a enorme necessidade de se suprir o mercado, e esse segmento dos profissionais de nível técnico é essencial para poder atender a demanda que existe no país. Nem todas as cidades possuem uma faculdade de Ciências Contábeis, mas contam com pelo menos um curso técnico. São esses que realmente consegue atender a demanda dos comerciantes locais, por exemplo”, argumentou.

Já a deficiência no setor público foi exposta pelo conselheiro efetivo do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio, Jarbas Tadeu Barsanti. “Diversas instituições públicas, como prefeituras de pequenas cidades, não têm condições nem verbas suficientes para trocar um técnico por um contador. A verba é muito limitada. Temos que nos preocupar em administrar corretamente e economizar”, alertou. Segundo ele, o custo para manter um contador chega a ser três vezes maior do que o de um técnico. “Isso causará um grande problema, pois os serviços que já não são prestados de forma adequada ficarão ainda piores”, concluiu.

Segundo o técnico em Contabilidade da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, Adriano Luiz Medina, o desaparecimento da profissão também terá impactos sociais. “A maioria desses profissionais é de origem humilde, e essa função acaba sendo uma importante porta de entrada para o mercado de trabalho”, opinou. A posição é a mesma do coordenador do curso Técnico em Contabilidade da Faetec, Nelson Oliveira. “Esse processo vai na contramão de tudo o que a sociedade está buscando. Muitos jovens usam esse curso para transformar a sua vida e hoje já estão sendo privados de conseguir uma melhor posição na sociedade”, disse.

Texto de Lucas Lima

Fonte: Site da Alerj

Presidente do TST recebe dirigentes da CSB e anuncia mediação com a OIT para cancelar restrições ao desconto de contribuição assistencial

No dia 27 de agosto, o Ministro Antonio Levenhagen, Presidente do TST, Tribunal Superior do Trabalho, recebeu na sede do tribunal em Brasília uma delegação de dirigentes da CSB, Central dos Sindicatos Brasileiros, integrada por Antonio Neto, Alvaro Egea, Juvenal Pedro Cim, Maria Barbara da Costa, Igor Tiago Pereira e os assessores Ernesto Pereira e o Dr. Helio Gherardi.

A central solicitou a audiência para requerer o cancelamento do Precedente Normativo nº 119 e a Orientação Jurisprudencial nº 17 que impedem o desconto de contribuição assistencial e confederativa de todos os trabalhadores que são beneficiados em acordos e convenções coletivas negociados pelos sindicatos de trabalhadores.

O ministro Levenhagen explicou aos dirigentes da CSB que o regimento do tribunal exige maioria de 14 votos para revisar ou cancelar jurisprudência da corte e que na votação ocorrida dia 19 de agosto somente 12 ministros votaram pela proposta de mudança.

"Tivemos uma vitória moral", declarou o Presidente do TST.

O Presidente do TST disse que o tribunal enfrenta um constrangimento, pois com frequência o TST homologa acordos em dissídio coletivo, com previsão de desconto de contribuição assistencial. Na sequência o MPT ingressa com ação anulatória requerendo a devolução da contribuição descontada.

“Ou seja, o TST concede a contribuição assistencial com uma mão e retira com outra”, disse

O Presidente defende que o TST realize uma aproximação como o movimento sindical e essa jurisprudência contra o desconto de contribuições sindicais afasta os sindicatos do tribunal, segundo declarou.

Oit Propõe Mediação para solucionar impasse

O Ministro Levenhagen revelou que a diretora da OIT no Brasil Laís Abramo, diante da derrota ocorrida na votação de 19 de agosto, propôs uma audiência de mediação entre o TST e as centrais sindicais, sob a presidência da OIT.

Nessa audiência, que deverá ocorrer em outubro, o presidente do TST vai defender o cancelamento da Sumula 119 e da OJ 17, voltando-se a se formar nova jurisprudência permitindo o desconto de contribuição assistencial, mantido o direito de oposição. O Ministro adiantou que a SDC (Dissídios coletivos) tem posição firmada pelo desconto da contribuição assistencial.

Levenhagen aceita convite para proferir palestra

Antonio Neto reiterou o apoio da CSB ao Presidente do TST que no mês de abril concedeu entrevista defendendo o cancelamento dessa jurisprudência que contribui para o enfraquecimento financeiro dos sindicatos de trabalhadores.

Neto aproveitou para convidar o Ministro a proferir uma palestra no Seminário de Pauta do Sindpd que acontecerá no mês de novembro em São Paulo, quando receberá o busto de Getulio Vargas.

Bastidores da votação

No dia da votação Levenhagen disse aos seus pares que o tribunal precisava tomar uma posição política com p maiúsculo e que o movimento sindical enxerga o TST como um tribunal favorável aos patrões.

O Presidente estava seguro que ganharia a votação, pois tinha a assinatura de 14 ministros no requerimento.

Na hora da votação 2 ministros mudaram de posição e 3 ausentaram-se por motivos de saúde.

Efeito Suspensivo nos dissídios coletivos

Antonio Neto reclamou ao Ministro do efeito suspensivo em dissídios coletivos. O Presidente respondeu que o efeito suspensivo está previsto numa lei, que tem caráter provisório.

Efetividade da Execução e a nova lei de recursos

O Presidente do TST explicou que vai formar uma comissão no tribunal para avaliar a nova lei de recursos, que deve entrar em vigor em breve. As entidades dos juizes, MPT e advogados devem enviar sugestões. Dr. Helio vai entregar parecer do Diap sobre a nova lei.

Segundo explicou a nova lei busca a efetividade na execução, somente admitindo-se recurso de revista se houver relevância social na matéria ventilada, não importa o valor da causa em discussão no recurso.

Negociação coletiva

O ministro declarou-se favorável ao estímulo a negociação coletiva, uma vez que as decisões do tribunal em dissídio coletivo são distantes das partes. Trabalhadores e patrões tem inovações do CPC vieram do processo do trabalho.

Apesar de não haver reconhecimento por parte do CNJ, todas as inovações do CPC vieram do processo do trabalho, do juizado especial as audiências prévias de tentativa de conciliação,

passando pela semana nacional de conciliação instituída pela Ministra Ellen Grace quando presidente do CNV, todas as inovações vieram do processo do trabalho.

Justiça do Trabalho protege o trabalhador CDC protege o consumidor

Com frequência houve reclamações que a Justiça do Trabalho protege o trabalhador, mas o CDC, aplicado pela Justiça federal e dos estados, protege o consumidor e não vemos nenhuma reclamação. É uma implicância com a JT.

Congresso Nacional e o TST

Noto muito boa vontade do Congresso na votação do CPC, mas quando trata-se de votar alguma lei de interesse do TST, há sempre uma infinidade de adiamentos, via e volta. Na votação da lei de recursos foi assim.

Defesa da CLT

O Ministro do TST defende a CLT, salvo pequenas alterações para atualizá-la, mas sem alterar sua essência.

28/08/14

Alvaro Egea

TRT10 - Tribunal mantém jurisprudência sobre contribuição assistencial

Em sessão extraordinária realizada dia 19, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho colocou em votação proposta de alteração da redação do Precedente Normativo 119 e o cancelamento da Orientação Jurisprudencial 17 da Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC), que tratam da contribuição para entidades sindicais. A proposta foi aceita por 12 votos, contra 11 votos contrários. O Regimento Interno do TST, porém, exige, para a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula ou de precedente normativo, a aprovação da maioria absoluta, ou seja, 14 votos. Por esse motivo, embora houvesse maioria a favor da mudança, o Pleno declarou, regimentalmente, a manutenção da redação atual do PN 119 e da vigência da OJ 17.

Os dois verbetes consideram que a cobrança da chamada contribuição assistencial de trabalhadores não sindicalizados viola o direito constitucional à livre associação e sindicalização. Há anos as entidades sindicais vêm trazendo ao TST sua preocupação com este entendimento e defendendo a contribuição obrigatória, extensiva a todos os trabalhadores das categorias representadas pelos sindicatos. Sua principal alegação é que as negociações e acordos coletivos beneficiam a todos, independentemente de filiação.

O tema foi encaminhado até mesmo à Organização Internacional do Trabalho (OIT). As centrais sindicais brasileiras apresentaram, em 2014, representação ao Conselho de Administração da OIT contra o TST e o Ministério Público do Trabalho, para que o organismo intervenha, como mediadora, para que o TST reveja sua jurisprudência.

O ministro Levenhagen, que já se declarou favorável à alteração, tem recebido, desde que assumiu a Presidência do TST, em março, diversas manifestações das entidades sindicais e, por isso, tomou a iniciativa de encaminhar a proposta. Foram inúmeras visitas de sindicalistas, afirmou Levenhagen. Na última delas, há cerca de duas semanas, compareceram as cinco centrais sindicais.

Regimento Interno

O texto encaminhado à Comissão de Jurisprudência, subscrito por 14 dos 27 ministros do TST (atualmente 26, pois uma vaga aguarda nomeação), propunha que a redação do PN 119 fosse alterada para prever a extensão da contribuição sindical a não associados mediante acordo coletivo, tendo o trabalhador 20 dias para manifestar formalmente sua recusa. Quanto à OJ 17, a proposta era o cancelamento.

O parecer da Comissão de Jurisprudência foi no sentido de cancelar os dois verbetes, a fim de permitir à Corte reanalisar amplamente as questões referentes à contribuição assistencial, devendo o direito de oposição e a forma de cobrança serem consolidados em momento futuro, após a catalogação dos necessários precedentes, nos termos das normas regimentais.

Na sessão de ontem, participaram 23 ministros. Como 12 votaram a favor da mudança e 11 contra, não houve maioria absoluta, como prevê o artigo 62, parágrafo 1º, inciso IV do Regimento Interno. Assim, embora tenha recebido adesão majoritária dos ministros, a proposta não pôde ser implementada.

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Medida Provisória que reajusta tabela do IR não é votada pelo Congresso e perde validade

Reajuste previsto seria de 4,5% na tabela do Imposto de Renda a partir de 2015

O reajuste da tabela do IR (Imposto de Renda), prometido pelo governo para o ano que vem, depende agora da edição de uma nova MP (Medida Provisória) ou do envio ao Congresso de um projeto de lei com pedido de urgência constitucional para ser apreciado pela Câmara e pelo Senado antes do final deste ano.

Isso porque perdeu a validade na sexta-feira (29), sem ser votada pelo Congresso, a MP 644/14, que previa reajuste de 4,5% na tabela do IR a partir de janeiro de 2015.

Outra alternativa para o reajuste da tabela do Imposto de Renda, de acordo com a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, é a apresentação de uma emenda por algum parlamentar reajustando a tabela do IR. A emenda só pode ser apresentada a uma medida provisória que tenha correlação com a questão de impostos.

O reajuste da tabela do Imposto de Renda foi anunciado pela presidenta Dilma Rousseff por ocasião do Dia do Trabalhador e, posteriormente, foi encaminhado pelo governo ao Congresso a MP reajustando a tabela do IR. Pela MP, a faixa de isenção do IR passaria de R\$ 1.787,77 para R\$ 1.868,22.

A alíquota de 7,5% seria paga por trabalhadores que ganham de R\$ 1.868,23 a R\$ 2.799,86; a de 15%, pelos que recebem entre R\$ 2.799,87 e R\$ 3.733,19; a de 22% por trabalhadores que ganham de R\$ 3.733,19 a 4.664,68 e a alíquota de 27,5% seria paga pelos que ganham acima de R\$ 4.664,68.

A MP não chegou a ser apreciada e votada pela Câmara dos Deputados em função das convenções partidárias, dos jogos da Copa do Mundo, do recesso branco no Parlamento nos meses de agosto e setembro em função do período pré-eleitoral e também pela falta de entendimento para a apreciação da proposição.

Segundo o secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Vianna, se houver interesse, o governo poderá editar uma nova Medida Provisória reajustando a tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física, desde que não seja igual a que perdeu a sua validade no dia de hoje. Ele informou que o governo poderá, por exemplo, editar nova MP com um percentual diferente do da anterior ou com um artigo novo.

Fonte: R7 e Agência Brasil / 30.08.2014

Reformas para superar o 'PIBINHO'

O Brasil teve dois trimestres consecutivos de retração no Produto Interno Bruto (PIB), indicador que mede a geração de riqueza das nações. Na teoria acadêmica, tal situação indica que o País encolheu e sofre recessão técnica. Alguns analistas dizem que não é para tanto e que há estagnação. O governo alega que o problema é momentâneo por causa da Copa, da seca e da crise internacional. Semântica à parte, o fato é que o Brasil crescia pouco e agora anda para trás, com efeitos sobre o emprego e a renda.

No grupo alinhado com o governo está o professor Fernando Nogueira da Costa, da Unicamp, que lecionou para a presidente Dilma Rousseff quando ela estava no doutorado. Para Costa, foram eventos momentâneos, como a Copa, que frearam o crescimento.

Boa parte dos economistas que estudam os altos e baixos do PIB discordam. Um deles é Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e hoje vice-presidente do Insper. Para Lisboa, o potencial de crescimento do Brasil caiu. A queda aparece nos números que medem a produtividade.

De maneira simplista, ter produtividade significa fazer mais e melhor com o mesmo. Exemplo: elevar a produção de 100 para 150 carros com o mesmo número de trabalhadores, de máquinas e de dinheiro. Essa mágica é possível graças a avanços paralelos: trabalhadores com uma educação mais sofisticada e o uso de equipamentos mais modernos. Segundo Lisboa, de 2003 a 2010, a produtividade cresceu, em média, 1,6% ao ano. De lá para cá, estagnou. "Há uma perda de produtividade que reduziu o potencial de crescimento do Brasil."

Na avaliação de Vinícius Carrasco, professor da PUC-Rio, esse declínio não foi acidental e a recuperação não virá de uma reação espontânea da economia. Carrasco tem essa convicção porque é um dos autores do estudo "A Década Perdida - 2003 a 2012", que compara indicadores brasileiros com um conjunto de outros países. A conclusão: o avanço foi menor do que poderia. "Não foram criadas condições para se ter uma produção mais eficiente", diz.

Reverter o "pibinho" não é fácil. O primeiro passo, segundo Monica de Bolle, diretora da consultoria Galanto, é reconhecer o erro. Só isso abre espaço para a mudança. Bernard Appy, ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, acredita que as mudanças dependem de microrreformas, como a tributária.

O sistema de cobrança de impostos é distorcivo e incentiva que as empresas não cresçam. "Se um eletricitista ganhar R\$ 3 mil por mês e for microempreendedor individual, paga 1,3% da receita em tributos. Se for dono de empresa do Simples, 10,5%", diz Appy. "É melhor ele ter um celular e pegar três serviços por dia do que empregar e atender dez clientes - é perda de produtividade na veia." As informações são do jornal O Estado de S.Paulo.

Fonte: O Estadão / Diário do Grande ABC - 01.09.2014

Um mito e algumas verdades sobre os tributos no Brasil

Debate questiona crença segundo a qual carga tributária brasileira é "altíssima". Problema real é outro: ricos e poderosos pagam pouquíssimo; somos o país dos impostos injustos

Por Antonio Martins

Ao longo do processo eleitoral deste ano, um mito voltará a bloquear o debate sobre a construção de uma sociedade mais justa. Todas as vezes em que se lançar à mesa uma proposta de políticas públicas avançadas, demandando redistribuição de riquezas, algum “especialista” objetará: “não há recursos para isso no Orçamento; seria preciso elevar ainda mais a carga tributária”. A ideia será, então, esquecida, porque a sociedade brasileira está subjugada por um tabu: afirma-se que somos “o país com impostos mais altos do mundo”. Sustenta-se que criar novos tributos é oprimir a sociedade. Impede-se, deste modo, que avancemos para uma Reforma Tributária.

A partir das 10h da sexta-feira (29/8), três conhecedores profundos do sistema de impostos no Brasil enfrentaram este mito, num debate transmitido por webTV. O auditor da Receita Federal Paulo Gil Introini, ex-presidente do sindicato nacional da categoria e os economistas Jorge Mattoso e Evilásio Salvador argumentaram, com base em muitos dados, que o problema da carga tributária brasileira não está em ser “a mais alta do mundo” (uma grossa mentira), mas em estar, seguramente, entre as mais injustas do planeta. Os grandes grupos econômicos e os mais ricos usam seu poder político para criar leis que os isentam de impostos — despejados sobre as costas dos assalariados e da classe média. A mídia comercial esconde esta realidade, para que nada mude. No debate, organizado em conjunto pela Campanha TTF Brasil e Fundação Perseu Abramo, emergiram alguns fatos muito relevantes, porém pouquíssimo conhecidos.

> A carga tributária brasileira não é a “mais alta do mundo”, mas a 32ª (entre 178 países). O cálculo é de um estudo comparativo da Fundação Heritage, um thinktank norte-americano conservador — mas com algum compromisso com a realidade.

> A carga tributária subiu consideravelmente, de fato, entre 1991 e 2011. Passou de 27% do PIB para 35,1%. Porém, a parte deste aumento de arrecadação foi consumido no pagamento de juros pelo Estado — quase sempre, para grandes grupos econômicos. A taxa Selic subiu para até 40% ao ano nas duas crises cambiais que o país viveu sob o governo FHC. O aumento do gasto social (de 11,24% do PIB para 15,24%, no período), que ocorreu de fato, a partir de 2002, consumiu apenas parte do aumento da receita.

> O poder econômico usa uma série de expedientes para livrar-se de impostos. O principal é a estrutura tributária brasileira. Ela foi cuidadosamente construída para basear-se em impostos indiretos (os que incidem sobre preços de produtos e serviços) e reduzir ao máximo os impostos diretos. Há duas vantagens, para as elites, nesta escolha. a) Impostos indiretos são, por natureza, regressivos. A alíquota de ICMS que um bilionário paga sobre um tubo de pasta de dentes, uma geladeira ou a conta de luz é idêntica à de um favelado; b) Além disso, assalariados e classe média consomem quase tudo o que ganham — por isso, pagam impostos indiretos sobre toda sua renda. Já os endinheirados entesouram a maior parte de seus rendimentos, fugindo dos tributos pagos pelo conjunto da sociedade.

> Esta primeira distorção cria um cenário quase surreal de injustiça tributária. Um estudo do IPEA (veja principalmente o gráfico 2, à página 6) revela que quanto mais alto está o contribuinte, na pirâmide de concentração de renda, menos ele compromete, de sua renda, com impostos. Por exemplo: os 10% mais pobres contribuem para o Tesouro com 32% de seus rendimentos; enquanto isso, os 10% mais ricos, contribuem com apenas 21%...

> Basear a estrutura tributária em tributos indiretos é uma particularidade brasileira, que atende aos interesses dos mais ricos. Aqui os Impostos sobre a Renda respondem por apenas 13,26% da carga tributária. Nos países capitalistas mais desenvolvidos, membros da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os impostos diretos correspondem a 2/3 do total dos tributos.

Além disso, e sempre em favor dos mais poderosos, o Brasil praticamente renuncia a arrecadar impostos sobre o patrimônio. Aqui, os tributos que incidem diretamente sobre a propriedade equivalem apenas a 1,31% do PIB. Este percentual chega a 10% no Canadá, 10,3% no Japão, 11,8% na Coreia do Sul e 12,5% nos Estados Unidos...

> Ainda mais privilegiados são setores específicos das elites. O Imposto Territorial Rural (ITR), que incide sobre a propriedade de terra, arrecada o equivalente a apenas 0,01% do PIB. A renúncia do Estado a receber tributos sobre os latifundiários provoca, todos os anos, perda de bilhões de reais — que poderiam assegurar, por exemplo, Saúde e Educação públicas de qualidade.

Nos últimos treze anos o Brasil viveu um processo real — embora ainda muito tímido — de redistribuição de renda. Entre 1991 e 2002, o Coeficiente de Gini caiu de 0,593 para 0,526, depois de décadas de elevação (segundo este cálculo, quanto mais alto o índice, que vai de 0 a 1, maior a desigualdade). Ainda é muito pouco: segundo cálculos do Banco Mundial, em 2013 o país era o 13º mais desigual do mundo. Para continuar reduzindo a desigualdade, uma Reforma Tributária é instrumento essencial. Não é por outro motivo que as elites insistem em manter este conservar este tema como tabu.

Fonte: Carta Capital - 29/08/2014

O que os jovens pensam sobre a política

Pesquisa Data Popular revela que a juventude brasileira é mais informada que seus pais e tem peso decisivo na eleição

Alan Rodrigues

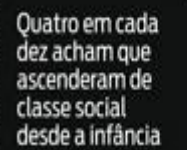
Nas eleições de 5 de outubro, mais de 140 milhões de brasileiros estarão aptos a votar. Nesse universo, um terço dos eleitores – pouco mais de 45 milhões de pessoas – é formado por jovens entre 16 e 33 anos. Para entender melhor a cabeça política da juventude brasileira, quais suas demandas e de que maneira ela pode influenciar na corrida eleitoral, ISTOÉ destrinchou uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular com 3.500 jovens do País. O levantamento revela, entre outros dados interessantes, que essa turma, por ser mais informada do que seus pais e levar dinheiro para dentro de casa, contribuindo para o aumento da renda, forma opinião, influencia no voto da família e pode até decidir a eleição. A pesquisa não questiona em quem eles votariam. Mas mais de 50% deles se encontram entre os eleitores indecisos ou que pretendem anular o voto. O discurso, porém, carrega um viés de oposição. Como na maioria da população brasileira, o desejo de mudança está impregnado em 63% deles, que acreditam que o Brasil não está no rumo certo. Apesar disso, 72% desses brasileiros que têm entre 16 e 33 anos consideram ter melhorado de vida. Mas a juventude indica querer mais. “Eles querem serviços públicos de mais qualidade, maior conectividade, acessos livres a banda larga e a tecnologia de ponta. E não abrem mão da manutenção do poder de compra”, afirma o autor do estudo, o publicitário Renato Meirelles, presidente do Data Popular.

OS JOVENS E A POLÍTICA

Nas eleições deste ano, de acordo com o Instituto Data Popular, mais de 45 milhões de eleitores jovens (entre 16 e 33 anos) estão aptos a votar. Esse número representa 33% do eleitorado brasileiro



Quatro em cada dez jovens admitem entender de política



O jovem de classe média contribui mais para a renda da casa, já que sua renda individual é semelhante à dos pais

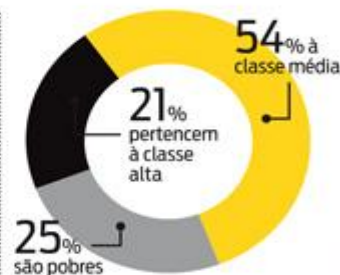
O levantamento embute outros recados importantes à classe política. Ao mesmo tempo que 92% acreditam na própria capacidade de mudar o mundo, 70% botam fé de que o voto possa transformar o País e 80% reconhecem o papel determinante da política no cotidiano brasileiro, fatia expressiva dos jovens do Brasil (59%) acredita que o País estaria melhor se não houvesse partido político. Para os jovens, as agremiações partidárias e os governantes não falam a linguagem deles. “Os políticos são analógicos e a juventude digital”, atesta Renato Meirelles. Observador atento do cenário político e um dos maiores especialistas sobre o comportamento da juventude brasileira, Meirelles foi quem criou o verbete “Geração D” – de digital, numa alusão à juventude conectada.

Nascidos totalmente integrados à tecnologia digital, sob os ventos favoráveis da estabilidade econômica, da democracia e com menos privações que a geração anterior, esses jovens foram os grandes protagonistas das manifestações de junho de 2013, quando milhões de pessoas de todo o País foram às ruas para cobrar mudanças na política brasileira. De lá para cá, a onda de indignação, revolta e envolvimento dos jovens na vida política só cresceu. Chamados a dialogar, eles foram instados a ter opiniões. Não existe aí uma novidade. Os jovens sempre tiveram opiniões. Muitas opiniões, diga-se. A diferença crucial agora é que o que eles dizem tem muito mais peso. Eles são ouvidos e exercem influência sobre a família. “Hoje, as decisões familiares são totalmente compartilhadas. Inclusive as decisões políticas”, afirma a estudante Sâmia Vilela, 27 anos. A história de vida de Sâmia iguala-se à de milhões de jovens brasileiros que na última década deixaram para trás a pobreza, conseguiram estudar e abriram seu próprio negócio.



Por dentro da Geração D

Eles são quase 60 milhões de brasileiros, gastam cerca de R\$ 200 bilhões por ano em consumo, são conectados e proativos. Do total de jovens internautas, 93% têm acesso às redes sociais e oito em cada dez têm perfil em alguma rede



Se há uma década somente 35% deles acessavam a internet, hoje são 85%



Sete em cada dez jovens estudaram mais que os pais



65% deles trabalham e quatro entre dez conciliam trabalho e estudos



54% vão ao shopping pelo menos uma vez por mês

Eles vivem mais tempo solteiros e adiam a responsabilidade de ser pais

Filha de uma cobradora de ônibus, que nas horas vagas ainda arrumava tempo para fazer salgados para vender nas ruas de São Paulo, ela foi criada na favela, ficou anos longe do banco escolar, mas hoje estuda marketing e tornou-se uma pequena empreendedora. Criou um blog sobre como organizar festas de casamento com pouco dinheiro, o Casamento sem Grana. “Hoje, minha página soma 3,5 milhões de pageviews e 40 mil usuários únicos no mês”, comemora. O caso bem-sucedido de Sâmia dá vida a números da pesquisa do Data Popular segundo os quais 85% dos jovens acreditam que só é possível progredir na vida com muito trabalho. “A internet ampliou o repertório, as redes de relacionamento e as possibilidades de ascensão social dessa geração”, afirma Meirelles. Não apenas isso. A internet e as redes sociais viraram palco dos novos debates políticos – a maior parte deles travada por jovens. O que rola na rede é disseminado em casa por meio da juventude conectada. Se surge uma informação nova sobre determinado candidato, o assunto logo vira tema de discussão no seio familiar durante cafés da manhã, almoços e jantares, momentos em que normalmente todos estão reunidos em torno da mesa. “Hoje, sou muito mais escutado em casa, ainda mais quando o assunto é política”, diz Júlio Espósito Fernandes, 25 anos. Estudante de pós-graduação, ele trabalha nas empresas da

família. “Cresci ouvindo meu pai dizendo: vote nesse candidato. Ele rouba, mas faz. Hoje, não aceito essa história”, conclui. “Não há como discutir o processo eleitoral sem falar dos jovens – que estão olhando para a frente, não para trás”, diz o autor da pesquisa. Numa direção oposta a 59% dos jovens que afirmaram que o Brasil estaria melhor se não tivesse nenhum partido político, a produtora de audiovisual Mary Miloch, 23 anos, acredita que o aperfeiçoamento da democracia passa pelo fortalecimento das organizações partidárias. “Não consigo imaginar a política sem partidos”, diz Mary. O problema, segundo ela, é que “algumas legendas têm dificuldade em dialogar com os jovens”. Primeira da família a fazer um curso de nível superior, Mary é estudante de rádio e televisão e cursa universidade com o auxílio de uma bolsa integral do Prouni. Apaixonada pela política, ela esteve nas ruas durante as jornadas de junho do ano passado e integra o grupo de jovens que acreditam na importância do voto para a mudança dos rumos do País. “Eu não só sei, como tenho certeza da nossa capacidade transformadora”, afirma.

Ao menos em casa, a juventude já ajuda a transformar a vida de seus pais, contribuindo no orçamento doméstico. Hoje, de cada R\$ 100 que um pai da classe alta injeta na economia do lar, o filho jovem coloca R\$ 57. Na classe C, também a cada

R\$ 100, o filho investe R\$ 96. O fato de os jovens participarem ativamente no orçamento familiar deu a eles a condição de ser um dos interlocutores da família. Aos 29 anos, a operadora de telemarketing Vivian Silva mora na cidade de Guarulhos, região metropolitana de São Paulo, com a mãe, os dois filhos e o marido. Migrante nordestina, Vivian desembarcou na capital paulista em busca de trabalho há três anos. Chegou praticamente só com a roupa no corpo. Dependente dos programas sociais do governo como o Bolsa Família, ela conseguiu trabalho, comprou seu imóvel através do programa Minha Casa Minha Vida e hoje cursa universidade. Ela faz parte dos 92% dos jovens brasileiros que acreditam na capacidade da juventude de mudar o mundo. “Como nos consultam para adquirir ou pesquisar sobre um determinado produto, a família também nos procura para saber de política, economia e outras notícias”, garante Vivian.

Esse apoderamento dos jovens é explicado, segundo Meirelles, por diversos fatores. Além de ter mais acesso à informação (93% dos jovens são conectados), a juventude digital é muito mais escolarizada que os pais. Quando o recorte da pesquisa trata da educação nos lares brasileiros, salta aos olhos a evolução educacional dos filhos da classe C (54% dos brasileiros). Nesse estrato da sociedade, sete em cada dez jovens estudaram mais que seus pais. É o caso da garçonne Verônica Gonçalves, 30 anos. A mãe era analfabeta até os 30 anos, quando ficou viúva, e foi obrigada a estudar. Diante das necessidades alimentares dos filhos, ela aprendeu a ler. Agora, trabalha e divide com os três filhos as despesas da casa. “Hoje, lá em casa, somos todos internautas e dividimos tudo. Principalmente, as decisões de compra”, diz ela. Indecisa eleitoralmente, apesar das mudanças na vida na última década, Verônica está atenta aos programas eleitorais para definir seu voto. “Precisamos melhorar um pouco mais”, diz ela, que pretende estudar gastronomia no próximo ano.

Neste mundo de interatividade, a enorme capacidade da juventude de assimilar as transformações tecnológicas interfere em como esses jovens agem, pensam e levam o seu ritmo de vida. Ao contrário do que muita gente possa pensar, o estudo do Data Popular mostra que os jovens querem um Estado forte, com a eficiência do setor privado e que ofereça serviço público gratuito de qualidade. “Essa juventude quebra a lógica política tradicional, ideológica”, explica Meirelles. “Principalmente porque os jovens dessa geração utilizam-se de uma régua muito mais rigorosa para medir a qualidade do serviço público do que os pais”, explica Meirelles.

Do ponto de vista comportamental, os jovens da geração D são ambiciosos, impulsivos e ousados. Contestadores, eles não querem saber de censura. Impactados pelo sucesso dos programas de distribuição de renda, redução da pobreza e pleno emprego, eles, agora, querem muito mais dos políticos. Na pesquisa do Data Popular, a segurança aparece em primeiro lugar entre os problemas que mais preocupam os jovens, seguido por políticas públicas para a juventude e a inflação do cotidiano. O jovem Vinícius André do Prado, 18 anos, é um dos jovens da periferia que cobram das autoridades uma maior presença do Estado no cotidiano das comunidades, principalmente na questão da segurança. Um dos líderes dos chamados “rolezinhos”, Vinícius diz que a quantidade de brigas nas baladas e em eventos frequentados pelos jovens da periferia está afastando o público jovem do lazer. “A falta de segurança é o nosso principal problema. Rolam muitas brigas nas baladas”, queixa-se. “O pessoal fica falando da ausência de médico na periferia, mas faltam professores, bolsas de estudo e publicidade para informar a gente sobre os projetos”, critica Vinícius. Para ele, os governos utilizam-se de ferramentas comunicacionais atrasadas, como o rádio, para anunciar projetos. “Será que alguém nas zonas urbanas ainda ouve rádio?”, questiona. O governo, segundo o líder dos rolezinhos, pensa o País com a cabeça voltada para o passado. E eles só querem saber do futuro. Os rebeldes de outrora, hoje conectados e formadores de opinião em casa, não deixam de ter muita razão.

Os políticos não falam a língua dos jovens

ISTOÉ – Muitos analistas apostam que essas serão as eleições da mudança. O sr. concorda com isso?

Renato Meirelles – As pesquisas mostram que as pessoas querem um Brasil diferente do que está hoje, mas com uma garantia efetiva de que as conquistas dos últimos anos não sejam perdidas. O eleitor está insatisfeito com a situação do País da porta de casa para fora, já que do lado de dentro as pessoas sabem que as coisas melhoraram muito. Essa será uma eleição de futuro e não de passado.

ISTOÉ – Isso explica, por exemplo, o fato de os candidatos defenderem os programas sociais do governo e concentrarem as críticas em economia e gestão pública?

Meirelles – Economistas não entendem de gente de carne e osso. De nada vale discutir o passado. Só um terço dos eleitores tem condições maduras de comparar os governos FHC e Lula. O eleitor não quer mais discutir cesta básica, ele quer banda larga. Ele não quer dentadura, mas o Bolsa Família 2.0.

ISTOÉ – O que é Bolsa Família 2.0?

Meirelles – Essa juventude quer maior conectividade, acessos livres a banda larga e a tecnologia de ponta. Eles representam 33% do eleitorado e 85% deles são internautas.

ISTOÉ – Mas problemas econômicos, como a alta da inflação e a falta de crescimento do PIB, não pautam o voto?

Meirelles – A maior parte dos eleitores é da classe C e eles não entram e nem querem saber sobre essa conversa de pibinho, taxa Selic e tripé macroeconômico. Eles querem saber sobre o preço do tomate, do emprego e da diminuição dos juros no crediário e nos juros do cheque especial.

ISTOÉ – Quais são os desejos e necessidades desses eleitores?

Meirelles – Eles querem saber quem vai garantir a creche para as mulheres que foram para o mercado de trabalho. Querem serviços públicos de mais qualidade e não abrem mão da manutenção do poder de compra.

ISTOÉ – Quem são os jovens dessa geração digital?

Meirelles – São jovens de 18 a 33 anos, uma mistura das gerações Y e X (nascidos entre 1980 e hoje) e predominantemente de classe C. Gastam R\$ 200 bilhões por ano. De cada R\$ 100 que um pai da classe alta injeta na economia do lar, o filho jovem coloca R\$ 57. Na classe C, o filho coloca R\$ 96. É por isso que os filhos influenciam mais a economia doméstica. Além disso, eles são mais escolarizados que os pais e mais conectados.

ISTOÉ – Qual será a importância deles nas eleições de outubro?

Meirelles – Como os jovens decidem mais sobre as coisas dentro de casa, eles são os novos formadores de opinião. Isso vale tanto para a compra de um produto quanto para a decisão do voto familiar. Não há como discutir o processo eleitoral sem falar da juventude. Os jovens olham para a frente; são eles que vão ajudar a decidir as eleições este ano.

ISTOÉ – As pesquisas mostram em qual candidatura eles estão apostando as fichas?

Meirelles – É muito cedo para falar em definições, mas certamente a entrada da candidata Marina Silva modificou o quadro eleitoral. A ex-senadora, ao que tudo indica, consegue angariar o voto jovem, que soma boa parte dos descontentes com a política que saíram às ruas em junho do ano passado.

ISTOÉ – O que as manifestações de junho de 2013 deixaram de legado?

Meirelles – Que os jovens não aceitam mais uma classe política que não os representa. Eles querem ser protagonistas da própria história. Essa geração não aceita hierarquias, censura e tampouco tentativas de silenciá-los.

ISTOÉ – Os jovens estão mais insatisfeitos?

Meirelles – Por serem mais escolarizados e conectados que os pais, eles são mais críticos com a real situação do País. Eles não enxergam na classe política a solução para um futuro melhor.

ISTOÉ – Isso explica por que a maioria dos jovens está indecisa ou pretende anular o voto?

Meirelles – Os políticos não sabem levar a pauta política para o cotidiano dos jovens. Eles não falam a linguagem desse eleitorado. Os políticos são analógicos e os jovens são digitais. Eles têm uma mentalidade velha que avalia políticas públicas pela lógica da oferta e não pela demanda. Ou seja, é mais importante o que os estudiosos afirmam que é bom para as pessoas, do que o que o povo sabe que é importante para elas.

Fonte: ISTOÉ - Edição Nº: 2336 - 29.Ago.14

Filiado a:

